



Apostilas de
Educação

Projeto Integrador

INTERVENÇÃO CIDADÃ

3º Ano - Ensino Médio
3º Trimestre



Apresentação

Esta apostila propõe um percurso formativo centrado no tema “Juventudes em ação na vida pública”. O material foi elaborado para apoiar o trabalho docente na abordagem da participação social, do protagonismo juvenil e da construção democrática de soluções, relacionando conceitos das Ciências Humanas a situações próximas da vida coletiva e aos desafios enfrentados pelas diferentes juventudes brasileiras.

As dez aulas avançam da compreensão do pertencimento e das condições desiguais de participação para o estudo da democracia além das eleições, das políticas públicas, dos territórios, dos bens comuns e dos conflitos coletivos. O percurso também aborda diálogo, transparência, controle social, comunicação digital responsável e transformação de demandas em propostas públicas, culminando na elaboração, apresentação, revisão e acompanhamento de intervenções cidadãs fundamentadas.

Cada plano apresenta texto informativo, questões abertas acompanhadas de respostas, exercícios de fixação diversificados com gabarito e atividade prática detalhada. As propostas favorecem pesquisa, análise de fontes, argumentação, escuta, negociação, produção de materiais e avaliação de resultados. Dessa forma, a apostila oferece ao professor recursos organizados para desenvolver aulas participativas, críticas e contextualizadas, respeitando diferentes realidades e incentivando os estudantes a reconhecer responsabilidades, formular propostas e atuar de maneira ética na vida pública.

apostilasdeeducacao.com

Conteúdo

3º Trimestre: Juventudes em ação na vida pública

- Juventudes e vida pública: pertencer, decidir e transformar
- Muitas juventudes, diferentes condições de participação
- Democracia para além das eleições
- Direitos que se tornam políticas públicas
- Juventudes e mundo do trabalho: inserção, direitos e ação coletiva
- Conflitos públicos, diálogo e construção de acordos
- Informação pública, transparência e controle social
- Redes digitais, opinião pública e mobilização responsável
- Da demanda coletiva à proposta pública
- Intervenção, devolutiva e compromisso público

Habilidades

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.

(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.

(EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).

(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.

(EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

INTERVENÇÃO CIDADÃ	
3º ANO - ENSINO MÉDIO	
3º TRIMESTRE	
TEMA	AULA
Juventudes em ação na vida pública	Juventudes e vida pública: pertencer, decidir e transformar
Nome:	Turma:

A **vida pública** é formada pelas decisões e ações que afetam uma coletividade. Ela aparece no funcionamento do transporte, na conservação das praças, na oferta de atividades culturais, nas normas de convivência e na definição das prioridades de uma comunidade. Participar dessa dimensão da vida não significa apenas ocupar cargos políticos ou votar. Significa reconhecer que problemas individuais podem ter causas coletivas e que as pessoas possuem o direito de contribuir nas escolhas coletivas.



Falar em **juventudes**, no plural, ajuda a compreender que os jovens não formam um grupo homogêneo. Condições econômicas, identidades, territórios, experiências culturais, responsabilidades familiares e possibilidades de acesso à informação influenciam as maneiras de participar. Alguns encontram espaços abertos para falar; outros enfrentam desconfiança, preconceito, falta de tempo ou ausência de canais acessíveis. Por isso, **pertencer** à vida pública envolve criar vínculos com uma comunidade e questionar barreiras que tornam vozes menos ouvidas.

Decidir coletivamente exige mais do que apresentar opiniões. É necessário buscar informações confiáveis, reconhecer os grupos afetados, comparar alternativas e avaliar consequências. É preciso escutar argumentos diferentes e identificar quem possui poder formal para tomar a decisão. Uma proposta pode parecer positiva para a maioria e, ainda assim, prejudicar grupos sub-representados. A participação democrática procura tornar esses conflitos visíveis e construir escolhas justificadas, transparentes e abertas à revisão.

Transformar a realidade começa quando a indignação se converte em ação organizada. Jovens podem realizar pesquisas, participar de conselhos, organizar coletivos, acompanhar políticas públicas, produzir campanhas ou encaminhar propostas aos responsáveis. A intervenção pode ampliar o debate e fortalecer redes de cooperação. Pertencer, decidir e transformar estão relacionados: o pertencimento cria compromisso, a decisão orienta prioridades e a transformação demonstra que a vida pública também pode ser construída pela atuação consciente das juventudes.

Questões

1. Por que a vida pública não deve ser compreendida apenas como aquilo que acontece em eleições, partidos ou instituições governamentais? Apresente dois exemplos do cotidiano para fundamentar sua explicação.

2. O texto utiliza a palavra “juventudes” no plural. Explique o significado dessa escolha e analise como diferentes condições sociais podem ampliar ou limitar a participação pública dos jovens.

3. Uma decisão apoiada pela maioria pode ser considerada democrática mesmo quando prejudica um grupo pouco representado? Desenvolva uma resposta considerando escuta, direitos e consequências coletivas.

4. Diferencie manifestação de opinião e participação pública responsável. Em sua resposta, indique procedimentos necessários para transformar uma opinião em proposta fundamentada.

5. Explique a relação entre os três movimentos presentes no tema — pertencer, decidir e transformar — e apresente uma situação em que eles poderiam ocorrer de maneira articulada.

Respostas

1. **Esta é a amostra da apostila. Saiba mais:** apostilasdeeducacao.com
2. **Esta é a amostra da apostila. Saiba mais:** apostilasdeeducacao.com
3. **Esta é a amostra da apostila. Saiba mais:** apostilasdeeducacao.com
4. **Esta é a amostra da apostila. Saiba mais:** apostilasdeeducacao.com
5. **Esta é a amostra da apostila. Saiba mais:** apostilasdeeducacao.com

Exercícios de Fixação

1. Um grupo pretende reivindicar a ampliação dos horários de ônibus. Inicialmente, seus integrantes conversam apenas com jovens que utilizam a mesma linha pela manhã. Para tornar a proposta mais representativa e consistente, qual procedimento seria mais adequado?

A) Organizar os relatos coletados pela manhã e encaminhá-los diretamente à empresa responsável, considerando-os suficientes para demonstrar a demanda.

B) Consultar usuários de diferentes horários, registrar as dificuldades relatadas e identificar os órgãos responsáveis pela análise da reivindicação.

C) Ampliar a divulgação da proposta nas redes sociais e considerar as manifestações mais frequentes como expressão das necessidades da comunidade.

D) Comparar os horários da linha com os de outros bairros e solicitar a adoção do modelo que apresentar maior número de viagens.

2. Relacione cada elemento da Coluna A à descrição correspondente da Coluna B.

Coluna A

1. Pertencimento

2. Deliberação

3. Representatividade

4. Controle social

Coluna B

A. Comparação de alternativas e consequências.

B. Acompanhamento das respostas dadas pelos responsáveis.

C. Reconhecimento dos vínculos com a coletividade.

D. Inclusão das diferentes pessoas afetadas.

Relação correta: _____

3. Analise as afirmações e registre V para as verdadeiras e F para as falsas.

() Uma ação juvenil somente pertence à vida pública quando é organizada por uma instituição governamental.

() A participação responsável inclui avaliar quem será afetado por uma decisão.

() A existência de canais de participação não garante que todos consigam utilizá-los em igualdade de condições.

() Uma proposta pode ser revista quando surgem novas informações ou consequências não previstas.

4. Ordene as ações de 1 a 5, construindo um percurso coerente de intervenção cidadã.

() Acompanhar a resposta e avaliar os resultados.

() Identificar o problema e as pessoas afetadas.

() Apresentar a proposta ao responsável pela decisão.

() Reunir informações e ouvir diferentes perspectivas.

() Comparar alternativas e formular uma proposta.

5. Complete o quadro indicando uma possível consequência pública e uma forma de participação juvenil para cada situação.

Situação	Possível consequência pública	Forma de participação juvenil
Redução da programação cultural gratuita		
Praça reformada sem recursos de acessibilidade		
Mudança em uma linha de ônibus sem consulta aos usuários		

Respostas

1. **Esta é a amostra da apostila. Saiba mais:** apostilasdeeducacao.com
2. **Esta é a amostra da apostila. Saiba mais:** apostilasdeeducacao.com
3. **Esta é a amostra da apostila. Saiba mais:** apostilasdeeducacao.com
4. **Esta é a amostra da apostila. Saiba mais:** apostilasdeeducacao.com
5. **Esta é a amostra da apostila. Saiba mais:** apostilasdeeducacao.com

Atividade Prática

Título: Rastros das decisões - quem escolhe os caminhos da vida pública?

Objetivo: Investigar como decisões cotidianas são tomadas, identificar os responsáveis institucionais e os grupos afetados, reconhecer desigualdades de participação e elaborar uma proposta viável de atuação juvenil. A atividade também pretende desenvolver pesquisa, argumentação, escuta, cooperação, análise de fontes e participação responsável na vida pública.

Duração: 5 aulas.

Organização: Grupos de quatro a cinco estudantes.

Produto final: Painel visual denominado “Rastros da decisão”, acompanhado de uma proposta de participação juvenil.

Materiais sugeridos: Cartolina ou papel kraft, folhas, canetas coloridas, fichas adesivas, imagens, mapas, notícias, computadores ou celulares para pesquisa, quando disponíveis.

1ª aula – A decisão e seus efeitos

O professor inicia apresentando situações relacionadas à vida coletiva: mudança no itinerário de ônibus, ausência de iluminação pública, reforma de uma praça sem acessibilidade, alteração das regras de utilização de um espaço, cancelamento de atividades culturais ou retirada de árvores de uma área pública. Outros problemas próximos da realidade dos estudantes também poderão ser utilizados.

Cada grupo escolhe uma situação e recebe uma folha dividida em três partes: “O que sabemos”, “O que imaginamos” e “O que precisamos descobrir”. Os estudantes conversam sobre o caso e registram seus conhecimentos prévios, evitando apresentar opiniões como se fossem fatos comprovados.

Em seguida, o grupo deverá formular uma pergunta central de investigação. Exemplos: “Quem decidiu modificar o itinerário e quais usuários foram consultados?”; “Por que a praça foi reformada sem recursos de acessibilidade?”; “Quem define a programação cultural disponível para a comunidade?”.

O grupo também produzirá um primeiro esquema contendo:

- A decisão ou ausência de decisão investigada;
- Os efeitos percebidos;
- As pessoas provavelmente afetadas;

- Os possíveis responsáveis;
- As informações ainda necessárias.

Ao final, cada equipe apresenta sua pergunta central. Os colegas poderão apontar questões que não foram consideradas. O professor orienta os estudantes a diferenciar problema público, reclamação individual e hipótese de investigação.

2ª aula – Responsáveis, interesses e relações de poder

Os grupos pesquisam como a decisão investigada é produzida. Para isso, podem consultar notícias, páginas institucionais, regulamentos, mapas, fotografias, comunicados, dados públicos e relatos da comunidade. Quando o acesso à internet não for possível, o professor poderá organizar previamente um conjunto de fontes impressas.

Cada fonte deverá ser registrada com autoria, data, origem e informação principal. Os estudantes compararão os materiais para verificar se apresentam dados semelhantes ou interpretações diferentes. Também deverão observar se alguma fonte representa apenas o ponto de vista de uma instituição ou grupo interessado.

Depois da pesquisa, cada grupo constrói um mapa de atores, distribuindo nomes ou instituições em quatro categorias:

- Responsáveis por autorizar ou decidir;
- Pessoas ou instituições responsáveis pela execução;
- Grupos direta e indiretamente afetados;
- Organizações capazes de mediar, fiscalizar ou apoiar a participação.

Linhas e setas deverão indicar quem influencia quem, por onde circulam as informações e onde o poder de decisão está concentrado. Os estudantes também identificarão interesses legítimos, possíveis conflitos e responsabilidades. Ao final, deverão responder: quem tem poder formal para decidir? Quem consegue influenciar a decisão? Quem sofre seus efeitos, mas costuma ser pouco ouvido?

3ª aula – Vozes presentes, ausentes e silenciadas

Nesta etapa, os grupos investigam como diferentes pessoas compreendem a situação. Cada equipe elabora um roteiro de quatro a seis perguntas abertas, claras e respeitadas. As perguntas não devem induzir respostas. Em vez de perguntar “Você também considera essa decisão injusta?”, por exemplo, pode-se perguntar: “Como essa decisão afetou sua rotina?”.

A escuta poderá ser feita por meio de entrevistas simuladas, consulta a outros estudantes, análise de depoimentos previamente selecionados ou conversas autorizadas com pessoas da comunidade. Os participantes deverão conhecer a finalidade da atividade, e nenhuma informação pessoal será divulgada sem autorização.

Após a coleta, o grupo organiza uma matriz:

Vozes consideradas	Vozes ausentes	Consequências da ausência
Quem foi consultado ou representado?	Quem deveria ter sido ouvido?	O que deixou de ser percebido?

Os estudantes compararão os depoimentos e buscarão convergências, divergências e necessidades específicas. Pessoas idosas, crianças, trabalhadores, pessoas com deficiência, moradores de diferentes regiões e usuários ocasionais podem experimentar uma mesma decisão de formas distintas.

Cada grupo selecionará três evidências importantes e explicará como elas modificaram sua compreensão inicial. Se as informações contradisserem as hipóteses da primeira aula, o grupo deverá revisar seu posicionamento. Essa revisão será valorizada como parte do processo investigativo.

4ª aula – Da investigação à participação

Com base nas informações reunidas, os grupos elaboram três possibilidades de participação juvenil. Entre elas podem estar uma solicitação de informação, carta argumentativa, campanha informativa, consulta comunitária, abaixo-assinado fundamentado, reunião com responsáveis, participação em conselho, apresentação em audiência pública ou encaminhamento de proposta.

Para cada alternativa, os estudantes deverão registrar:

- Objetivo e destinatário;
- Evidências que fundamentam a ação;
- Pessoas que precisam ser envolvidas;
- Recursos e tempo necessários;
- Riscos, limites e resultados esperados.

As alternativas serão comparadas segundo quatro critérios: impacto, inclusão, viabilidade e respeito aos direitos. O grupo não deverá escolher automaticamente a ação mais chamativa, mas aquela que apresenta maior coerência com o problema investigado.

Em seguida, ocorre uma rodada de revisão. Cada equipe entrega sua proposta a outro grupo, que assume o papel de comissão avaliadora. A comissão verifica se o destinatário possui responsabilidade sobre o problema, se os dados utilizados são confiáveis, se a ação considera diferentes grupos afetados e se existe possibilidade de acompanhamento. Depois da devolutiva, a proposta é corrigida e detalhada.

5ª aula – Construção do painel e devolutiva pública

... **Esta é a amostra da apostila. Saiba mais:** apostilasdeeducacao.com

Para esta apostila completa (109 páginas), acesse:

<https://apostilasdeeducacao.com/intervencao-cidada-3o-ano-3o-trimestre-ensino-medio-apostila-com-planos-de-aula/>